



Relatório de visita

Identificação:

Nome completo: Clara Lobato, Apelido: Clarinha, Nome da mãe: Sonia, NIS: 8886655888, RG: 5857694, Órgão expedidor: SSP PA, UF: PA, Data de emissão: 12/4/2021.

Endereço:

Logradouro: 4a rja, Complemento: , Nº.: 2, CEP: 68870000, Bairro: Z, Cidade: Soure, Estado: Pa.

Relatório da visita:

<p style="text-align:justify">O Brasil foi marcado pela colonização no começo de sua hist&ocute;ria, marca esta que até hoje sobrevive em forma de cicatriz, visível em todas as áreas da nossa sociedade. Enraizada em gerações que nunca presenciaram a violência colonialista e s&ocute; a conhecem pelos livros, o fantasma colonialista se mostra nos detalhes: segregação racial, marginalização do pobre, padrões educacionais voltados aos filhos dos senhores.</p>

Đ

<p style="text-align:justify">O regime político-econômico do colonialismo não existe mais e hoje este fantasma é chamado pelos estudiosos de “colonialidade”, percebido nas entrelinhas da nossa sociedade, sem corpo físico mas sempre presente, influenciando leis, normas, costumes e até reações pessoais, como o relacionamento autoritário entre empregador e empregado, que muitas vezes parte do prôprio empregado como forma de demonstrar “respeito”.</p>

Đ

<p style="text-align:justify">A educação também sofre influência da colonialidade quando percebemos uma pedagogia eurocêntrica, focada em padrões (de alunos, de mentes, de resultados, de critérios) que inegavelmente produzem exclusões de grupos que não vão se encaixar nestes padrões voltados para beneficiar o colonizador ao manter a subjugção do colonizado. Visualizamos bem tal diferença ao analisar a presença da população negra na educação privada em contraponto à educação pública.</p>

Đ

<p style="text-align:justify">Solidários a situação da população negra, temos o grupo social das

peças com deficiência, ou PCDs, que sofreram ativamente recentemente com dificuldades de acesso a diversas áreas da nossa sociedade, seja por dificuldade de locomoção ou de comunicação, ativamente mesmo impossibilidade de acesso à educação para surdos, por exemplo. Nos últimos anos temos visto a amenização destes problemas em espaços públicos e algumas instituições privadas, como em bancos, com acesso por rampa, sistemas otimizados para cegos, atendimento especializado para surdos, entre outros.

No dicionário o termo “deficiência” significa insuficiência orgânica ou mental (http://dicio.com.br/ >, acesso em 02/04/2021). Para a educação de modelo eurocentrico, qualquer pessoa que não se encaixe nos padrões de pensamento, motor e visual não poderia fazer parte do modelo educacional porque tal aluno teria muita dificuldade de acompanhar o cronograma, mas a verdade é que a escola não queria aceitar que precisava fazer mudanças drásticas no currículo e, consequentemente, na formação dos educadores.

Inclusão não é somente uma palavra, uma política, mas também um dever social, garantido pela Constituição Federal quando esta enumera os direitos fundamentais do povo brasileiro. Ninguém pode ser excluído dos benefícios da lei, de direitos e deveres estabelecidos, e por isso a inclusão de alunos com deficiência na educação é primeiramente obrigação de cumprimento do que manda a Constituição, e em segundo lugar é garantia de dignidade, respeito e oportunidade, assegurando que este grupo social faça de fato parte da sociedade.

Nesse sentido entendo que a inclusão de alunos com deficiência no meio escolar é uma questão de adaptação, planejamento e incentivo acadêmico, no sentido de mudar a visão pedagógica da sala de aula para que os diferentes possam coexistir enquanto a escola proporciona os meios necessários para que os alunos possam evoluir, cada um com sua peculiaridade.

Certamente que esta é uma tarefa árdua. O fato de garantir que a inclusão aconteça é meramente o começo de uma jornada repleta de percalços e dificuldades, principalmente considerando que a educação brasileira por si só tem coleções de problemas sem solução e a inclusão efetiva de pessoas com deficiência seria mais um na fila. Se considerarmos esta barreira como vencida, ou que a simples priorização do trabalho seria suficiente para começar o projeto da inclusão,

então teremos o próximo nível, a adaptação, e seu próprio pacote de problemas para solucionar.

☐

A adaptação da educação para receber alunos com deficiência pode ser dividida em dois grandes blocos: a adaptação de espaço físico e a adaptação de pessoal. A primeira é resumida em obras para a adequação dos ambientes, mais rápida e mais barata que a segunda, que depende de adequação do ensino superior para a formação de educadores capazes de lidar com as peculiaridades do ambiente escolar inclusivo, um investimento maior tanto de dinheiro quanto de tempo, que necessita de estudos de linha de pesquisa em número, mero considerável para a viabilidade de um projeto de pós-graduação.

☐

Como dito acima a Constituição Federal estabelece uma base legal para o desenvolvimento da inclusão de alunos com deficiência no meio escolar, ainda que não diretamente, porém como a base do ordenamento jurídico brasileiro deixa o caminho aberto para a inclusão, os olhos da lei podem focar nesta situação, especifica e organizar com mais detalhes seu funcionamento.

☐

A partir da construção da estrada principal do pensamento inclusivo na educação pela Constituição Federal, a Resolução CNE/CEB nº 2 de 2001 vem alicerçar e pavimentar o caminho aberto ao estabelecer diretrizes nacionais voltadas exclusivamente para a educação especial na educação básica, definindo conceitos importantes como o de educação especial e o educando com necessidades especiais, por exemplo.

☐

Outra importante peça legal do ordenamento jurídico brasileiro é a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que estabelece diretrizes gerais de inclusão para todas as áreas da sociedade, bem como a educação, tratada no capítulo IV do Título II da Lei. Aqui resta assegurada a participação da pessoa com deficiência “em todos os níveis de aprendizado durante toda a vida”, além de definida a responsabilidade do poder público para garantir tal acesso (art. 27).

☐

Mesmo com os direitos assegurados por lei, responsabilidade do poder público estabelecida, o dever conjunto do poder público, da família e da comunidade escolar de garantir o acesso da pessoa com deficiência à educação, sabemos que na prática não é tão simples. O acesso à educação no Brasil é limitado por diversos fatores, como dificuldade geográfica, falta de incentivo familiar, barreira financeira, entre

outros. Para a pessoa com deficiência, suas prioridades limitantes somam-se ao citado anteriormente e deixam ainda mais difícil o acesso à educação.

☐

Como todos os outros problemas complexos da nossa sociedade, não existe uma “solução coringa” que resolva em definitivo todos os problemas contidos neste tópico. O que pode ser feito é uma forma conjunta para atacar vários problemas simultaneamente, analisar os resultados, adaptar os planos, colocar o foco de forma inteligente nos tópicos certos, como um emaranhado de nós, desatando uma camada para poder acessar a outra até; remover todas.

☐

E quais medidas podem ser tomadas? Adaptar o espaço físico escolar para ser acolhedor e investir em capacitação de professores e colaboradores, enquanto é feita uma campanha de conscientização com as famílias com apoio de profissionais como psicólogos e assistentes sociais, criar vagas exclusivas para pessoas com deficiência na educação pública ou subsidiar vagas na educação privada, desde a educação básica até o nível superior.

☐

Alguns dos tópicos acima já estão sendo feitos, mas de forma organizada o resultado pode ser bem melhor. Por certo que não é fácil resolver uma situação de tal magnitude, e fica muito mais difícil resolver um problema dentro de outro problema, ou seja, garantir a educação de pessoas com deficiência é um tópico dentro de educação de modo geral, tendo diversos problemas prioritários e complexos que precisariam ser resolvidos em conjunto para resolver a questão da inclusão.

☐

Os fatores históricos que nos prendem a um plano de educação eurocêntrico precisam de tempo e de uma dinâmica adequada para serem alterados em prol da sociedade plural, culturalmente rica, diversificada que é a sociedade brasileira. Temos sim caminhado em direção à inclusão, mas quebrar padrões de, é difícil, e tem gerado muita resistência por parte do povo brasileiro que ainda preza pelo jeito “tradicional”, eurocêntrico, colonialista.

☐

Sendo assim, a melhor estratégia para resolvermos uma parte dos nossos problemas é conscientizar a sociedade de que nosso povo é plural, que diferente não é sinônimo de deficiente ou anormal, e sim significa pluralidade de identidades dos diversos grupos culturais da nossa sociedade, que a igualdade não representa homogeneização do povo, mas que todos são sujeitos de direito, que a consciência social deve se basear na interação entre a igualdade (todos como sujeitos de

direito) e a diferenç;a (múltiplas identidades culturais) para que a sociedade seja mais inclusiva para todos.</p>